

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO**

**INFLUÊNCIA DA ROTULAGEM NUTRICIONAL
SOBRE O CONSUMIDOR**

MARIA ZÊNIA TAVARES DA SILVA

**RECIFE
2003**

MARIA ZÊNIA TAVARES DA SILVA

**INFLUÊNCIA DA ROTULAGEM NUTRICIONAL
SOBRE O CONSUMIDOR**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Nutrição (Mestrado), área de concentração Ciência dos Alimentos, para obtenção do grau de Mestre em Nutrição.

Orientadora:

Nonete Barbosa Guerra
Professora Titular do Departamento de Nutrição,
CCS/UFPE
Doutora em Ciências dos Alimentos – USP

**RECIFE
2003**

MARIA ZÊNIA TAVARES DA SILVA

**INFLUÊNCIA DA ROTULAGEM NUTRICIONAL
SOBRE O CONSUMIDOR**

Dissertação defendida e aprovada em 19 de novembro de 2003, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Nutrição.

Banca Examinadora

Florisbela de Arruda Camara e Siqueira Campos

Ilma Kruze Grande de Arruda

Maria Cristina Falcão Raposo

**Tudo vale a pena
se a alma não é pequena**

Fernando Pessoa

**Ao meu pai, Miguel (em memória),
e à minha mãe, Josefa.**

AGRADECIMENTOS

- À professora Nonete Barbosa Guerra, pela dedicação e otimismo durante a orientação deste trabalho.
- À professora Maria Cristina Falcão Raposo, do Departamento de Estatística, da Universidade Federal de Pernambuco, pela atenção e carinho com que sempre me recebeu e pela ajuda na análise estatística dos dados.
- A Leopoldina Augusta de Souza Sequeira, pelo auxílio na organização do banco de dados.
- Aos responsáveis pelos estabelecimentos que comercializam alimentos no município do Recife/PE, por permitirem a realização deste trabalho, e aos consumidores que aceitaram fazer parte desta pesquisa.
- Às professoras Enayde Mélo, Fátima Massena, Maria Inês Maciel, do Departamento de Ciências Domésticas e Ana Paula Menezes, de Departamento de Educação, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, pelas sugestões apresentadas.
- A turma da Pós-Graduação em Nutrição de 2001, especialmente a Aurenice Vaz, Graça Costa, Helena Rocha e Ruth Lemos, pela amizade construída e ajuda mútua no decorrer do curso.
- A todos que fazem a Pós-Graduação em Nutrição, CCS/UFPE.
- A Andréa Souza, Dasyvângela Lima, Elina Albino, Isabel Tavares, Ivana Versianny, Laurileide Silva, Liliana Silva, Maria José Tavares e Milze Luz, pelo auxílio oferecido.
- À professora Francisca Bion, pela colaboração, e a Christina Malta, pela revisão do texto.
- A Jacira Dias, Maria Dias e Wedna Galindo, pelo apoio indispensável para minha permanência no Recife.
- A todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária, visando auxiliar o consumidor na escolha dos alimentos que integrarão sua dieta, publicou, em 2001, a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 40, que trata do Regulamento Técnico para Rotulagem Nutricional Obrigatória de Alimentos e Bebidas Embalados, que entrará em vigor em 31 de dezembro de 2003. Diante do considerável número de alimentos que já apresentam essa rotulagem foi realizada pesquisa para avaliar sua influência sobre o consumidor. Foram entrevistadas 384 pessoas, selecionadas ao acaso, no momento das compras, em 18 estabelecimentos de pequeno, médio e grande porte, localizados em diferentes Regiões Político-Administrativas - RPA do Recife/PE. Os dados foram analisados no EPI-INFO 6. Os resultados revelaram que: 62,2% da população desconhecem a rotulagem nutricional; 95,1% informaram que lêem as informações, embora apenas 47,7% o fazem de forma sistemática; a idade, a escolaridade e a renda influenciam na procura das informações; os termos mais conhecidos foram colesterol (76,7%), valor calórico (58,3%) e fibra (49,3%); o preço e o prazo de validade são os itens mais valorizados; apenas 23,6% revelaram mudança de hábito alimentar em face dessas informações, e 81,1% sugeriram que a linguagem deveria ser mais acessível e visível. Constata-se, portanto, que a influência da rotulagem nutricional sobre o consumidor é incipiente e insuficiente para permitir associações entre as diversas informações veiculadas, requerendo ações educativas focadas nos benefícios advindos e sua aplicação sobre a saúde dos consumidores.

ABSTRACT

The Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, aiming to assist the consumer on their food choices that should be in their diet, published in 2001 the RDC 40, that deals with the Regulation Technician for Rotulagem Obrigator Nutritional of Foods and Packed Drinks; that will enter in vigor, in 31.12.2003. As a considerable number of foods already shows nutritional information on their labels, this research had as objective to evaluate the influence of these information on the consumer choice. 384 consumers selected, randomly at the moment of their shopping, had been interviewed in 18 establishments of small, average and great size, located in different Administrative Politics Region - RPA of the city of Recife/PE. Data were analysed by the software Epi-info 6. The results have shown that 62,2% of the population are unaware of the nutritional information; 95,1% use to read the nutrition information, however only 47.7% read systematically; age, education level and income influence in the search of the related information; the terms cholesterol (76,7%) caloric value (58,3%) and fiber (49,3%), are presented as the most known; the price and the stated period of validity are the itens more viewed; only 23.6% said they changed the alimentary habit based on; 81,1% had suggested that the written would have to be more accessible and visible. These results allow to conclude that the influence of the nutritional information on foods labels on the consumer is limited and it is insufficient to allow associations between these informations and their importance; since that education programs should be offered to elucidate the benefits of nutritional information on health are necessary.

SUMÁRIO

	Pág.
RESUMO	
ABSTRAT	
1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO DA LITERATURA	13
2.1 Legislação sobre a rotulagem de Alimentos no Brasil	13
2.2 A Rotulagem de Alimentos e o Consumidor	18
3 OBJETIVOS	23
3.1 Geral	23
3.2 Específicos	23
4 MÉTODO	24
4.1 Elaboração do formulário aplicado na pesquisa	24
4.2 Levantamento da população do Município do Recife/PE	25
4.3 Implementação de um estudo-piloto	26
4.4 Definição da amostra	26
4.5 Visitas às lojas de auto-serviço de produtos alimentícios	27
4.6 Realização da entrevista com os consumidores	27
4.7 Construção do banco de dados e tratamento estatístico	27
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
5.1 Caracterização da amostra	29
5.2 Conhecimento sobre rotulagem	30
5.3 Hábito de leitura das informações contidas nos rótulos	35
5.4 Influência das informações contidas nos rótulos na escolha dos alimentos	40 44

5.4.1 Informação Nutricional X Mudança de Hábito Alimentar	46
5.5 Como melhorar a compreensão das informações nutricionais?	
6 CONCLUSÕES	50
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
8. APÊNDICES	62
APÊNDICE A - Formulário de Pesquisa	
APÊNDICE B - Relação dos Bairros Pesquisados	
9 ANEXOS	66
ANEXO A - Regiões Político-Administrativas - RPA do Recife	
ANEXO B - Guia de Orientação ao Consumidor	

1 INTRODUÇÃO

Pesquisas implementadas nos últimos dois anos por Felipe et al. (2003), Freitas (2002) e Araújo e Araújo (2001a) demonstram que um crescente número de consumidores, integrantes de grupos específicos e/ou camadas sociais mais privilegiadas, passaram a selecionar seus alimentos a partir das informações contidas no rótulo. Contudo, as pesquisas não mensuram o nível de entendimento da linguagem utilizada nos rótulos, bem como sua influência na escolha dos alimentos.

Em 21 de março de 2001, foi publicada a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 40, que se refere ao Regulamento Técnico para Rotulagem Nutricional Obrigatória de Alimentos e Bebidas Embalados (BRASIL. Ministério da Saúde, 2001b).

O fato da rotulagem ser obrigatória e já se encontrar disponível na maioria dos produtos não significa que os consumidores a estejam utilizando na escolha dos alimentos que deverão participar de sua dieta diária, para reduzir os excessos e, conseqüentemente, os danos à saúde (NASCIMENTO, 2001).

A consecução deste objetivo depende de uma maior conscientização dos consumidores sobre os benefícios que poderão auferir pela leitura cuidadosa dos rótulos das embalagens de alimentos, cada vez mais esclarecedores quanto às características dos diversos produtos.

Por parte dos consumidores, verifica-se uma predisposição para conhecer o conteúdo dos rótulos. Entretanto, Oliveira (1998) alerta para o fato de que o consumidor estar ciente deste conteúdo não implica que ele tem consciência de sua

importância. Somente por meio da aprendizagem é possível empregar praticamente o conhecimento adquirido e avaliá-lo criticamente, de modo a reformular conceitos, posturas e paradigmas.

Dentre as informações constantes no rótulo dos alimentos é necessário verificar quais as mais procuradas pelos consumidores, como são interpretadas e utilizadas.

Estas constatações incentivaram a execução desta pesquisa, com vista a avaliar o nível de entendimento e a influência da rotulagem nutricional sobre a decisão dos consumidores quando da aquisição dos alimentos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Legislação sobre a Rotulagem de Alimentos no Brasil

O primeiro ato legislativo brasileiro que normatizou a rotulagem de alimentos data de 21 de outubro de 1969, Decreto-Lei nº 986, que trata das Normas Básicas para Alimentos (BRASIL. Ministério da Guerra, do Exército e da Aeronáutica, 1969). Este Decreto é considerado um dos mais importantes na área de alimentos, por estabelecer normas para registro e controle, rotulagem, emprego de aditivos químicos, fixação de identidade e qualidade, normas de fiscalização, procedimentos administrativos seguidos para interdição do produto, infrações e penalidades (ALBINO, 1999; ALBINO; GUERRA, 2001; DIAS, 1985; LIMA, 2002; LIMA; GUERRA; LIRA, 2003; SILVEIRA, 1995).

O uso do rótulo como veículo de informação sobre o produto sofreu, em meados da década de 70, inúmeras resistências, tanto por parte dos empresários, como dos técnicos do Governo. Os primeiros alegavam aumento nas despesas, enquanto os técnicos do Ministério da Agricultura, responsáveis pelo registro dos alimentos de origem animal (laticínios e produtos cárneos), achavam que os dados sobre a composição do produto, processo e prazo de validade, em substituição à data de fabricação, tinham cunho publicitário, o que não estava previsto na legislação de 1950, que estabelecia apenas a exigência da data de fabricação do produto (DIAS, 1985; ZÜLZKE, 1991).

De acordo com Zülzke (1991), apesar dos argumentos contrários, a obrigatoriedade da informação supracitada, para alimentos perecíveis, passou a

vigorar em 1978, ano da publicação da resolução nº 16 do Ministério da Saúde, embora não fosse respeitada pelos empresários e seu cumprimento não fosse fiscalizado pelo Governo.

Fazendo uma retrospectiva na literatura internacional, verifica-se que o interesse pela rotulagem dos alimentos tem aumentado no mundo inteiro, em face da crescente preocupação com a melhoria da saúde e qualidade de vida. Assim, em 1973, a rotulagem nutricional foi adotada nos Estados Unidos; em 1985, foi incorporada pelo *Codex Alimentarius*; e, em 1990, pela Comunidade Européia. Somente em 1994 passou a ser obrigatória nos Estados Unidos e, em seguida, em Israel (AQUINO; MARSIGLIA; BRAGANOLO, 2001; LIMA, 2002; LIMA; GUERRA; LIRA, 2003; MONTOANELLI *et al.* 1999; SILVEIRA, 2002).

As discussões entre governo, empresários e população, ocorridas nos anos 70 e 80 no Brasil, levaram a algumas conquistas, tais como: a inclusão, no rótulo, do prazo de validade, instruções de uso e composição do produto (ZÜLZKE, 1991).

Na década de 90, os direitos dos consumidores passaram a ser assegurados pelo Código de Proteção e Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997 (BRASIL. Ministério da Justiça, 1997). A conquista desses direitos decorreu da ausência de normas de controle ou registro de produtos comercializados, como também das dificuldades do consumidor em aceitar novos produtos lançados no mercado brasileiro, em especial os alimentícios. Como, por exemplo, o leite longa vida, cuja aceitação somente ocorreu após um certo tempo, devido às dúvidas suscitadas sobre o mesmo (ZÜLZKE, 1991).

Nesta década voltou a ser utilizada, no Brasil, a rotulagem de alimentos, com a publicação, em 04 de setembro de 1997, da Portaria nº 371 do Ministério da

Agricultura e do Abastecimento, que trata do regulamento técnico para Rotulagem de Alimentos Embalados (BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 1997). A partir de então, tornou-se obrigatória a apresentação da denominação de venda do alimento, a lista de ingredientes, o conteúdo líquido, a identificação da origem, a identificação do lote, a data de validade e, quando apropriado, instruções sobre o preparo e uso dos alimentos. A publicação dessa portaria foi estimulada pela Resolução do Mercosul GMC nº 36/93, que aprovou o regulamento técnico para rotulagem de alimentos embalados e a padronização dos métodos de rotulagem dos produtos de origem animal (CÂNDIDO, 2000; LIMA, 2002; LIMA, GUERRA; LIRA, 2003).

A conscientização dos consumidores brasileiros em relação aos seus direitos levou-os a exigir uma rotulagem mais informativa, que os ajudasse na escolha dos produtos que devem ser consumidos, diariamente, para obter uma alimentação saudável.

Estes apelos foram considerados pelas autoridades da área de saúde, unânimes em reconhecer a alimentação adequada em quantidade e qualidade que permita a ingestão de todos os nutrientes de que o organismo necessita como um dos principais fatores para a promoção e manutenção da saúde e redução dos riscos de inúmeras doenças (CAROBA et al. 2000; MUCCIOLO, 1996; PHILLIPPI, RIGO; LORENZANO, 1995). Em decorrência, foi publicada, em 13 de janeiro de 1998, a Portaria nº 27, que aprova a Informação Nutricional Complementar, de caráter facultativo, com a finalidade de orientar a escolha dos alimentos, tendo em vista reduzir os riscos de doenças como obesidade, diabetes, câncer e hipertensão, como também informar parâmetros indicativos da qualidade e segurança de

consumo (BRASIL. Ministério da Saúde, 1998a; CANDIDO, 2000; NASCIMENTO, 2001; TIMOFIECSYK, 2000).

Ainda em 1998, foram publicadas as Portarias nº 41 e 42, em 13 e 14 de janeiro, respectivamente. De acordo com a Portaria nº 41, a indicação dos nutrientes tornou-se obrigatória para os alimentos que veiculassem propriedades nutricionais em seus rótulos, enquanto a Portaria nº 42 trata do seu detalhamento, tendo em vista facilitar a sua aplicação. Por ser alinhada aos padrões internacionais (Mercosul e *Codex Alimentarius*), serviu de base para as demais normas opcionais (BRASIL. Ministério da Saúde, 1998b, 1998c).

Com a publicação da RDC 94/2000, que revogou a Portaria nº 41/98 e aprovou o regulamento técnico referente à rotulagem obrigatória de alimentos e bebidas embalados, passou a ser obrigatória a declaração dos nutrientes. Esta RDC instituiu-se, ainda, a obrigatoriedade de inserir informações sobre o teor de gordura saturada, colesterol, ferro, cálcio e sódio; indicar a porção servida e a quantidade de porções contidas nas embalagens (BRASIL. Ministério da Saúde, 2000).

De acordo com Graciano et al. (2000), os avanços tecnológicos e a diversificação de opções para escolha de produtos passaram a exigir uma legislação mais rigorosa, para atender a demanda dos consumidores em relação às informações contidas nos rótulos das embalagens, uma vez que o interesse pela saúde está cada vez mais presente no cotidiano populacional.

Neste contexto, a rotulagem nutricional foi regulamentada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária de Alimentos - ANVISA, em 21 de março de 2001, com a publicação das Resoluções da Diretoria Colegiada – RDC nºs 39 e 40. A RDC nº 40 determina a obrigatoriedade de indicar o percentual de nutrientes por porções e o percentual do Valor Diário (VD%) de cada nutriente, considerando uma dieta

padrão de 2500 Kcal. Este Regulamento Técnico revogou a Portaria SVS/MS nº 41/1998, que tratava da Rotulagem Nutricional de Alimentos, o item 7.3 da Portaria SVS/MS nº 42 (14 de janeiro de 1998), que tratava da Rotulagem de Alimentos Embalados e, por fim, a Resolução RDC nº 94/2000, que preconizava a Rotulagem Nutricional Obrigatória de Alimentos e Bebidas Embalados (BRASIL. Ministério da Saúde, 1998b, 1998c, 2000, 2001a, 2001b).

Com a publicação dessas RDC, a rotulagem nutricional passou a ser obrigatória, tornando o Brasil o terceiro país no mundo a adotar a informação nutricional nas embalagens dos produtos alimentícios (BRASIL Ministério da Saúde, 2001a, 2001b).

Entretanto, as normas a serem observadas para o cumprimento das RDC supracitadas só foram publicadas em 11 de setembro de 2001, com a RDC 198, motivando inúmeras solicitações de adiamento do prazo para sua execução, dadas as dificuldades para cumpri-lo. Como consequência, foi concedido um adiamento para 02 de fevereiro de 2003, conforme a RDC nº 155, de 27 de maio de 2002, prorrogado pela RDC nº 3, de 10 de janeiro de 2003, para 31 de julho de 2003. Recentemente, uma nova legislação, a RDC nº 207, de 01 de agosto de 2003, estendeu o prazo até 31 de dezembro do mesmo ano para as empresas adequarem os rótulos de seus produtos ao exigido pela rotulagem nutricional (BRASIL. Ministério da Saúde, 2001a, 2001b, 2001c, 2002a, 2003a, 2003b).

De acordo com Santos (2002), a atualização da legislação incluiu a internalização de resoluções do Mercosul sobre rotulagem geral de alimentos, informações nutricionais e informação complementar de alimentos, todas elaboradas pelo Grupo de Trabalho constituído pela então Secretaria de Vigilância Sanitária – o GT 254.

Esta revisão demonstra que, no Brasil, o Ministério da Saúde tem tido participação efetiva na elaboração das leis referentes aos alimentos. Segundo Celeste (2001), o mesmo tem ocorrido no Reino Unido.

2.2 A Rotulagem de Alimentos e o Consumidor

A literatura existente sobre o tema, de um modo geral, confirma o interesse do consumidor por rótulos que forneçam informações nutricionais dos produtos (ABBOTT, 1997; BENDER; DERBY, 1992) e manifesta referências desfavoráveis àqueles que não as apresentam (BURKE, 1996; ZARKIN; ANDERSON, 1992, apud BALTAS, 2001).

O direito à informação é uma das premissas do Código de Defesa do Consumidor, cujo artigo 6º se refere à “informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta da quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem” (BRASIL. Ministério da Justiça, 1997).

O exercício deste direito pode ser estimado pela frequência com que o consumidor, cada vez mais, busca informações sobre o que compra e o que consome, especialmente quanto ao conteúdo de calorias, gorduras, proteínas e minerais nos alimentos industrializados, para adequá-los às suas necessidades (NASCIMENTO, 2001).

De acordo com Cândido (2000), “a rotulagem nutricional representa a interface entre o consumidor e o fabricante do produto alimentício”. Estas informações, quando bem utilizadas, poderão contribuir para aumentar o grau de

educação nutricional da população (MANTOANELLI et al. 1999). Pesquisas realizadas por Muller, em 1984 e 1985 (apud COLE; GAETH, 1990), indicam, entretanto, que apenas uma pequena fração dos consumidores utiliza as informações disponibilizadas nos rótulos. Anos após, pesquisas realizadas em diferentes capitais, por Santos e Góes (1995), em Salvador/BA, Oliveira e Marucci, (1998), em São Paulo/SP, e Freitas (2002), em Natal/RN, registraram, respectivamente, 74,8%, 96,3% e 75% de consumidores que lêem as informações contidas nos rótulos das embalagens dos alimentos antes de os adquirirem, o que demonstra uma significativa efetivação desta prática.

Quanto à utilização destas informações pelo consumidor e seu impacto sobre o consumo, a literatura cita os estudos realizados por Variyam et al. (1996; 1998, apud BALTAS, 2001), os quais não consideraram o comportamento no momento de escolher os alimentos.

Conforme afirma Calliari (1998, apud BEHRENS, ROIG; SILVA, 2000), 66% das decisões de compra dos consumidores são tomadas nos locais de venda, influenciadas pela embalagem, principalmente aquela que, além de atraente, veicula as informações nutricionais e alegações de benefícios à saúde.

De acordo com Sadler (1999), o interesse por estas informações aumenta em função do risco, mais precisamente quando este é significativo e de efeito visível.

Araújo e Araújo (2001a, 2001b), Reid e Hendricks (1994) e Neuhouser, Kristal e Patterson (1999) confirmam que as pessoas interessadas em saúde tendem a buscar mais as informações nos rótulos, para auxiliá-las na hora da compra. Por exemplo, a quantidade de gorduras, um constituinte cuja ingestão exagerada acarreta visíveis conseqüências, o mesmo não ocorrendo com relação ao sódio

(KELLER et al. 1997), não obstante sua importância para os portadores de hipertensão.

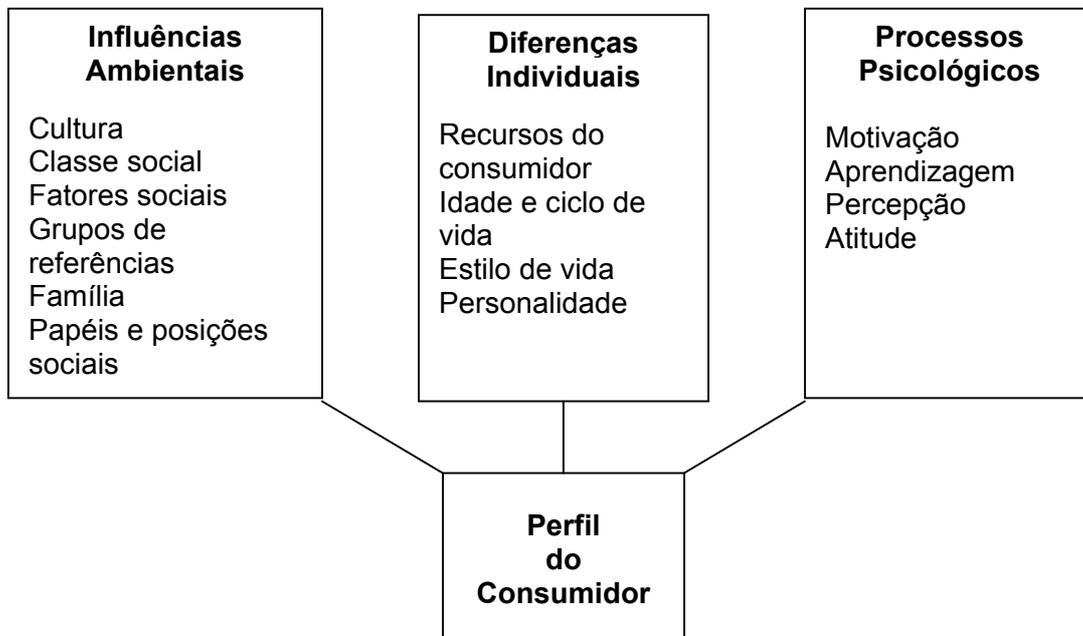
Além da saúde, devem ser considerados outros fatores, cuja natureza e importância variam de pessoa para pessoa e de uma situação para outra. A percepção de um atributo intencional que pode resultar em um julgamento de compra poderá ser desconsiderada quando o gosto está comprometido. Em outras situações, fatores cognitivos, como a certeza do benefício nutricional propiciado por determinado produto, poderão superar a consideração inicial, com base no gosto (EVES et al. 1994).

Por outro lado, pesquisadores têm constatado que informações nutricionais de fácil entendimento, no rótulo dos produtos, melhoram a habilidade do consumidor para identificar corretamente os alimentos mais nutritivos (SCAMONOM, 1977, apud COLE; GAETH, 1990), aumentam o conhecimento e atitudes do consumidor com relação à nutrição (RUSSO et al. 1986) e contribuem para uma maior participação de produtos nutritivos no mercado (MULLER, 1985, apud COLE; GAETH, 1990).

Não obstante estas considerações, muitos consumidores não utilizam convenientemente as informações nutricionais, indicando que esta prática implica um esforço extra, diretamente relacionado à obtenção e emprego da informação e não com déficit na habilidade de entendimento das informações (ARAÚJO; ARAÚJO, 2001a).

Tudo indica que a tarefa de conhecer os consumidores não é tão simples: “eles podem não manifestar suas motivações mais profundas e reagir a influências que mudam suas mentes no último minuto, agindo de forma diferente à que foi inicialmente externada” (KOTLER, 1993).

Pesquisadores especializados na abordagem dos fatores que influenciam as atitudes de compra dos consumidores concordam em classificá-los em três categorias, conforme esquema a seguir:



Fonte: SUGANO; ABRANTES; SETTE, 1999.

Quanto às diferenças individuais, a literatura sugere que a idade tem um significativo impacto negativo sobre a compreensão da informação nutricional. Em se tratando do consumidor idoso, evidências sugerem que, em face do declínio cognitivo e da habilidade de percepção, ele apresenta uma dificuldade adicional em utilizar a informação, especialmente quando sua apresentação é complexa e desorganizada (COLE; GAETH, 1990).

Em contraposição, Petrucelli (1996) argumenta que não é necessário o entendimento de todas as variáveis. A mera existência da informação é suficiente para permitir a comparação entre produtos, afetar a escolha e aumentar a confiança do consumidor em suas decisões de compra.

Os resultados de pesquisa realizada por Eves et al. (1994) sugerem que o interesse em rótulos é maior nas mulheres jovens, o que nem sempre condiz com o entendimento da informação quantitativa. Na prática, as mulheres fazem as suas escolhas com base na descrição qualitativa, pelo menos em relação aos produtos avaliados na pesquisa.

De acordo com Benhrens, Roig e Silva (2000), a preocupação com o bem-estar físico tem levado homens e mulheres a praticar exercícios e consumir uma alimentação mais balanceada, rica em fibras, vitaminas e minerais e pobre em gorduras.

Apesar do interesse do consumidor em ler as informações contidas nos rótulos, é preciso saber quais são as mais procuradas e como são interpretadas. Tais informações devem ser claras e precisas, para garantir que o consumidor escolha seus alimentos de forma consciente.

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

Avaliar a influência da informação nutricional contida nos rótulos dos alimentos embalados sobre a decisão do consumidor em adquirir os produtos.

3.2 Específicos

- Identificar as possíveis dificuldades no entendimento das informações nos rótulos de alimentos;
- Estabelecer, dentre as informações contidas nos rótulos de alimentos, quais as mais importantes;
- Verificar a influência da informação nutricional na seleção dos produtos alimentícios, segundo as características sócio-demográficas.

4 MÉTODO

Esta pesquisa constitui um estudo transversal do tipo quantitativo, cujo universo são consumidores de diferentes segmentos sociais, freqüentadores de diversos estabelecimentos de auto-serviço de pequeno, médio e grande porte, distribuídos nas Regiões Político-Administrativas - RPA do município do Recife/PE, cuja divisão geográfica se encontra ilustrada no Anexo A.

A pesquisa de campo, realizada entre os meses de janeiro e março de 2003, abrangeu as seguintes etapas:

4.1 Elaboração do formulário aplicado na pesquisa

O instrumento de coleta de dados (Apêndice A) consta de um formulário, abrangendo dois grupos de sondagem: o primeiro, referente aos dados sócio-demográficos (sexo, idade, anos de escolaridade e renda familiar), e o segundo, sobre a rotulagem nutricional e a influência da informação nutricional nos hábitos alimentares do consumidor.

Com vista a ocupar o menor tempo possível dos consumidores, optou-se pela forma de múltipla escolha para as respostas às perguntas contidas no formulário, embora tenha sido deixado espaço em branco, para permitir o registro de exemplos sobre mudanças no hábito alimentar a partir da leitura da informação nutricional,

como também sugestões para um melhor entendimento dos dizeres dos rótulos alimentícios; portanto, o formulário foi do tipo semi-estruturado.

4.2 Levantamento da população do Município do Recife/PE

Para evitar falhas no sorteio da amostra a ser pesquisada foi necessário obter conhecimentos acerca da população do Recife, a partir dos dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2000), que fornece a distribuição da população de cada uma das RPA do Recife/PE, conforme disposto na Tabela 1.

Tabela 1: População residente no município do Recife/PE, em cada uma das RPA, 2000.

RPA	População	%
01	78.098	5,5
02	205.986	14,5
03	283.525	19,9
04	253.015	17,8
05	248.483	17,5
06	353.798	24,9
Total	1.422.905	100,0

Fonte: IBGE. Censo demográfico, 2000.

4.3 Implementação de um estudo-piloto

Para possibilitar uma melhor estruturação e definição das questões relevantes para a pesquisa e o estabelecimento do tamanho da amostra, de modo a atender aos objetivos propostos, foi realizado um estudo-piloto nos bairros da Várzea e Caxangá, situados na RPA 4, durante o mês de novembro de 2002, abrangendo 30 pessoas, abordadas diretamente, em estabelecimentos de pequeno, médio e grande porte.

4.4 Definição da amostra

Para garantir a representatividade das diversas classes socioeconômicas, o sorteio da amostra levou em conta a distribuição da população do Recife nos diversos bairros que compõem cada uma das RPA.

Após o cálculo dos resultados do estudo-piloto, foi estimado o tamanho da amostra, 384 consumidores, considerando um erro máximo de 5 pontos percentuais e 95% de nível de confiança.

Este total foi, então, distribuído proporcionalmente nas RPA. Em seguida, foi realizado um sorteio de três bairros de cada RPA e dos estabelecimentos de auto-serviço de pequeno, médio e grande porte (Apêndice B), que seriam visitados.

Na classificação dos estabelecimentos, utilizou-se como critério o número de caixas registradoras, conforme segue:

- De 01 a 07 caixas – pequeno porte
- De 08 a 12 caixas – médio porte
- 13 ou mais caixas – grande porte

4.5 Visitas às lojas de auto-serviço de produtos alimentícios

Após definição do instrumento de coleta de dados e da amostra foram realizadas visitas aos estabelecimentos sorteados, a fim de solicitar permissão para a realização das entrevistas com os clientes.

4.6 Realização de entrevista com os consumidores

Para facilitar o contato com o consumidor, definiu-se que seriam abordadas as pessoas que aguardavam, na fila, o momento para pagar os gêneros alimentícios adquiridos, sempre considerando que o último cliente da fila é o que seria abordado diretamente. Desse modo, garantia-se a aleatoriedade requerida pela pesquisa e a diminuição de recusas em responder as perguntas, uma vez que os clientes tinham de esperar para serem atendidos.

4.7 Construção do banco de dados e tratamento estatístico

O banco de dados foi construído a partir das informações registradas nos formulários, utilizando-se o *software* EPI-INFO 6 (LIMA; MARQUES, 2000).

A análise estatística foi realizada do ponto de vista descritivo, com apresentação dos dados em tabelas e gráficos apropriados, bem como o cálculo de medidas descritivas, tais como proporção. Posteriormente, foram construídas tabelas bidimensionais de frequência, objetivando testar (o teste de Qui-quadrado de associação de Pearson) a interferência das diferenças socioeconômicas (sexo, idade, escolaridade e renda) sobre o conhecimento das informações nutricionais. Para estes testes, foi adotado um nível de confiança de 95%.

As variáveis consideradas explicativas (ou independentes), em todas as análises, foram as seguintes:

- sexo: masculino ou feminino
- idade (anos), nas categorias:
 - ≤ 30 anos
 - 30 – 50
 - > 50
- anos de escolaridade, nas categorias:
 - ≤ 8 → corresponde à conclusão de alguma série do ensino fundamental
 - 9 – 11 → corresponde à conclusão de alguma série do ensino médio
 - > 11 → corresponde a ter concluído pelo menos um ano de um curso universitário
- renda familiar (Salário Mínimo – SM), nas categorias:
 - ≤ 2 SM
 - 2 – 5 SM
 - > 5 SM

As variáveis a serem explicadas (consideradas dependentes) foram as seguintes:

- Conhecimento sobre a rotulagem nutricional;
- Leitura das informações contidas nos rótulos;
- Conhecimento dos termos empregados na rotulagem nutricional;
- Influência da informação nos rótulos: prazo de validade, peso, informação nutricional, VD%, lista de ingredientes, modo de preparo e preço;
- Razões para a escolha dos alimentos;
- Linguagem e visibilidade.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Caracterização da amostra

De acordo com o delineamento experimental, foram entrevistadas 384 pessoas por abordagem direta, na ocasião em que adquiriam gêneros alimentícios em empresas de auto-serviço que comercializam alimentos em uma das seis RPA do município do Recife. O nível sócio-demográfico dos entrevistados encontra-se caracterizado na tabela 2, verificando-se predominância do sexo feminino, fato que, segundo Santiago, Vieira e Rocha (1992), reflete a relação da mulher com o trabalho doméstico, culturalmente naturalizado como feminino.

Tabela 2: Características sócio-demográficas da amostra utilizada (384), em relação à população do Município do Recife/PE, 2003.

Características sócio-demográficas		População	
		N ¹	%
Total da amostra		384	100
Sexo	Mas	96	25
	Fem	288	75
Idade (anos)	≤ 30	106	27,6
	30 – 50	192	50,0
	> 50	86	22,4
Anos de escolaridade	≤ 8	105	27,3
	9 – 11	153	39,9
	> 11	126	32,8
Renda Familiar (salário mínimo) ²	≤ 2	102	26,6
	2 – 5	145	37,7
	> 5	137	35,7

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro-março/2003.

1. Número de consumidores pesquisados

2. Salário mínimo da época: R\$ 220,00

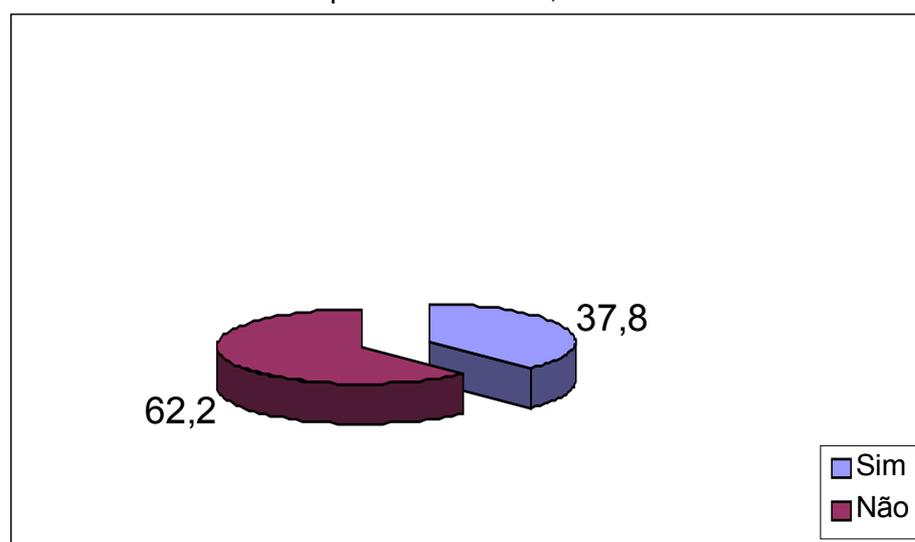
Ainda segundo os dados explicitados na tabela 2, metade dos consumidores está na faixa etária de 31 a 50 anos, o nível de escolaridade predominante é de 9 a 11 anos de estudo, o que corresponde ao nível médio (39,9%) e, quanto à renda familiar, predomina a faixa de 2 a 5 salários mínimos (37,7%).

5.2 Conhecimento sobre rotulagem

As respostas à primeira pergunta (“Você sabe o que é rotulagem nutricional?”) encontram-se demonstradas de forma global no gráfico 1 e, segundo a segmentação dos consumidores, em função de suas características demográficas, na tabela 3.

No gráfico 1, constata-se que um percentual considerável da população (62,2%) desconhece o que é rotulagem nutricional.

Gráfico 1: Conhecimento da rotulagem nutricional pelos consumidores do município do Recife/PE, 2003



Fonte: Pesquisa de campo, janeiro-março/2003.

Procurando identificar uma possível interferência das condições socioeconômicas sobre o conhecimento da rotulagem nutricional dos consumidores, foram construídas distribuições bidimensionais de frequência e realizados testes de associação, os quais demonstraram que, com exceção do sexo, as demais características exercem uma influência direta sobre o nível de informação, principalmente a escolaridade e a renda familiar, conforme mostram os dados da tabela 3.

Os resultados demonstram que o conhecimento sobre a rotulagem nutricional é menor entre os menores de 30 anos, em comparação com os que estão entre 30 e 50 anos. Trabalho realizado por Neuhouser, Kristal e Patterson (1999) constatou que as mulheres mais jovens, com idade abaixo de 35 anos, verificam com maior frequência as informações dos rótulos, com o objetivo de reduzir as gorduras. Foi ainda verificado, no presente estudo, uma associação entre anos de escolaridade, renda e conhecimento sobre rotulagem nutricional, ou seja, quanto maior a escolaridade e a renda, maior o percentual de consumidores que responderam afirmativamente a esta questão, 66,7% e 63,5%, respectivamente.

Esta tendência de maior conhecimento entre os mais velhos, com maior escolarização e maior renda familiar, também é observada na tabela 4, que sumariza as respostas obtidas sobre o conhecimento de cada participante acerca dos termos empregados na rotulagem nutricional, com exceção do significado da sigla VD%, cujo desconhecimento foi praticamente unânime em todas as categorias das variáveis sócio-demográficas abrangidas pela pesquisa.

Tabela 3: Distribuição dos consumidores em função do conhecimento da rotulagem nutricional, segundo as variáveis socioeconômicas, Recife, 2003¹

Variáveis socioeconômicas		Conhecimento sobre rotulagem nutricional	
		Sim	Não
Total da amostra		145 (37,8)	239 (62,2)
Sexo	Mas	32 (33,3)	64 (66,7%)
	Fem	113 (39,2)	175 (60,8)
		p = 0,3619	
Idade (anos)	≤ 30	23 (23,5)	75 (76,5)
	30 – 50	83 (44,1)	105 (55,9)
	> 50	39 (39,8)	59 (60,2)
		p = 0,0025	
Anos de escolaridade	≤ 8	8 (7,6)	97 (92,4)
	9 – 11	53 (34,6)	100 (65,4)
	> 11	84 (66,7)	42 (33,3)
		p = 0,0000	
Renda Familiar (salário mínimo) ²	≤ 2	11 (10,8)	91 (89,2)
	2 – 5	47 (32,4)	98 (67,6)
	> 5	87 (63,5)	50 (36,5)
		p = 0,0000	

1: Valores entre parênteses representam percentagens para cada categoria da variável socioeconômica e o valor de p representa o nível de significância do teste χ^2 de associação.

2: Salário mínimo da época: R\$ 220,00

Os termos colesterol (76,7%), valor calórico (58,3%) e fibra alimentar(49,3%) são os mais conhecidos pelos consumidores, provavelmente por estarem associados a alto risco de doenças cardiovasculares, à obesidade e a diferentes efeitos fisiológicos no organismo, respectivamente, informações bastante divulgadas em eventos científicos, revistas e programas de televisão em suas abordagens sobre nutrição, saúde e alimentos.

Estas respostas são positivas, na medida em que evidenciam, por parte de determinada parcela da população, o reconhecimento do nutriente como mantenedor e potencializador da saúde (LAJOLO, 2002). Entretanto, tornam-se inconsistentes, por não demonstrarem associação correspondente quanto ao entendimento de outros parâmetros a eles relacionados como, por exemplo, a gordura saturada, que comprovadamente contribui para o aumento do colesterol (WILLET; STAMPFER, 2003), cujo entendimento foi significativamente inferior ao registrado para este último.

Com relação ao VD%, é compreensível o grau de desconhecimento, por se tratar de um parâmetro recentemente adotado para representar a contribuição de uma porção de um alimento no valor calórico total que se deve ingerir por dia. Os percentuais do VD% correspondem, portanto, à quantidade dos nutrientes consumidos em cada porção de determinado alimento, permitindo, desse modo, o controle de seu consumo, para que não ultrapasse 100% do valor diário estabelecido para o mesmo (BRASIL. Ministério da Saúde, 2002b).

Tabela 4: Percentual de consumidores que conhecem o significado dos termos empregados na rotulagem nutricional, segundo variáveis socioeconômicas, Recife, 2003.

Variáveis sócio-econômicas		Termos empregados na rotulagem nutricional					
		Valor Calórico	VD%	Fibra Alimentar	Colesterol	Gorduras Saturadas	Sódio
Total da amostra		213 (58,3)	15 (4,1)	180 (49,3)	280 (76,7)	86 (23,6)	106 (29,0)
Sexo	Mas	46 (51,7)	3 (3,4)	34 (38,2)	55 (61,8)	17 (19,1)	23 (25,8)
	Fem	167 (60,5)	12 (4,3)	146 (52,9)	225 (81,5)	69 (25,0)	83 (30,1)
		p = 0,1788	p = 0,9229	p = 0,0220	p = 0,0002	p = 0,3189	p = 0,5286
Idade (anos)	≤ 30	40 (42,6)	3 (3,2)	21 (22,3)	46 (48,9)	9 (9,6)	11 (11,7)
	30 – 50	118 (65,9)	8 (4,5)	99 (55,3)	153 (85,5)	48 (26,80)	62 (34,6)
	> 50	55 (59,8)	4 (4,3)	60 (65,2)	81 (88,0)	29 (31,5)	33 (35,9)
		p = 0,0009	p = 0,8723	p = 0,0000	p = 0,0000	p = 0,0007	p = 0,0000
Anos de escolaridade	≤ 8	16 (18,0)	0 (0,0)	10 (11,2)	47 (52,8)	3 (3,4)	4 (4,5)
	9 – 11	88 (58,3)	8 (5,3)	69 (45,7)	116 (76,8)	26 (17,2)	33 (21,9)
	> 11	109 (87,2)	7 (5,6)	101 (80,8)	117 (93,6)	57 (45,3)	69 (55,2)
		p = 0,0000	p = 0,0796	p = 0,0000	p = 0,0000	p = 0,0000	p = 0,0000
Renda Familiar (salário mínimo)²	≤ 2	16 (17,8)	1 (1,1)	16 (17,8)	49 (54,4)	6 (6,7)	8 (8,9)
	2 – 5	79 (56,8)	4 (2,9)	61 (43,9)	106 (76,3)	24 (17,3)	31 (22,3)
	> 5	118 (86,8)	10 (7,4)	103 (75,7)	125 (91,9)	56 (41,2)	67 (49,3)
		p = 0,0000	p = 0,0446	p = 0,0000	p = 0,0000	p = 0,0000	p = 0,0000

1 - Valores entre parênteses representam percentagens do “sim” (conhecimento do termo) para cada categoria da variável socioeconômica e o valor de p representa o nível de significância do teste χ^2 de associação.

2. Salário mínimo da época: R\$ 220,00

Em trabalho realizado nos Estados Unidos, Levy et al. (2000, apud FELIPE et al. 2003) constataram que apenas 29% das pessoas avaliadas responderam corretamente quanto ao significado do percentual de ingestão diária recomendada/valor diário de referência.

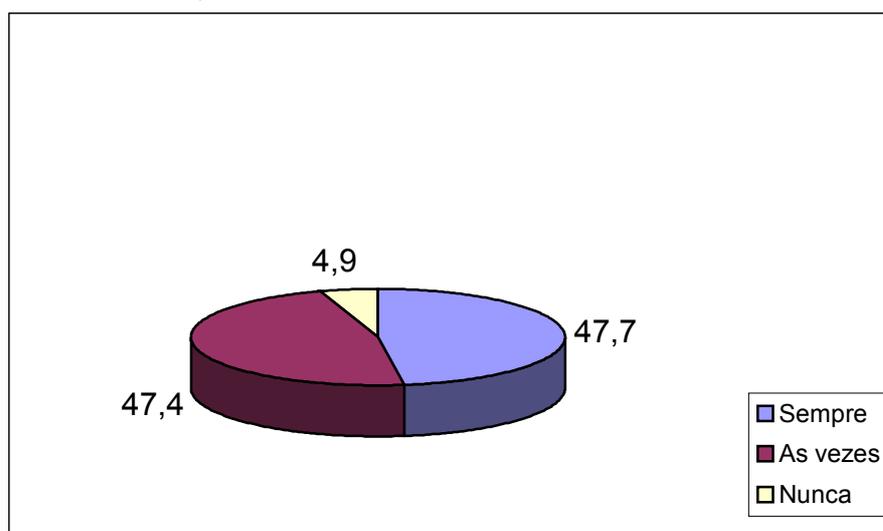
Uma análise das respostas demonstra que, embora 37,8% dos entrevistados tenham afirmado conhecer o que é rotulagem nutricional, quando inquiridos sobre o significado dos termos empregados na mesma, demonstraram um nível de conhecimento diferenciado, maior entre aqueles com idade entre 30 e 50 anos, escolaridade superior a 11 anos e renda familiar maior que 5 salários mínimos.

Confirma-se, portanto, a influência dos anos de estudo e da renda, evidenciando que o acesso ao conhecimento e uma melhor condição financeira podem exercer uma marcada influência sobre os hábitos da população, corroborando os resultados de Aquino e Philippi (2002).

5.3 Hábito de leitura das informações contidas no rótulo

Abordados quanto ao hábito de leitura das informações contidas no rótulo, de acordo com o gráfico 2, verifica-se que 95,1% dos consumidores costumam ler as informações nas embalagens dos produtos. Entretanto, 47,7% o fazem de forma sistemática; 47,4%, às vezes. Esses resultados ratificam os achados em pesquisa realizada na cidade de São Paulo/SP, por Oliveira e Marucci (1998), constatando um percentual de 96,3% de consumidores que lêem os rótulos dos produtos.

Gráfico 2 Hábito de leitura dos rótulos de alimentos por parte dos consumidores, Recife/2003.



Fonte: Pesquisa de campo, janeiro-março/2003.

Analisando os resultados da frequência de leitura dos rótulos de alimentos pelos entrevistados (Tabela 5), segundo as categorias das variáveis socioeconômicas constata-se um maior interesse por parte dos indivíduos do sexo feminino, em face do reduzido percentual (4,2%) das mulheres que nunca lêem as referidas informações, embora não tenham sido estatisticamente significantes as diferenças por sexo.

Com relação à influência da faixa etária, foram constatadas diferenças, vez que o percentual dos que sempre lêem as informações dos rótulos é maior entre os mais velhos, resultados de acordo com estudos realizados nos Estados Unidos, sobre práticas alimentares e crenças em relação à nutrição, evidenciando a tendência do consumidor norte-americano em intensificar a frequência de leitura dos rótulos à medida que vai envelhecendo, por considerar úteis as informações neles contidas (KRINKE, 1990, apud OLIVEIRA,1998; MEDEIROS, SHIPP; TAYLOR, 1993).

No presente estudo, foi constatado que 72,2% dos que têm maior escolaridade (>11 anos de estudos) e 66,4% daqueles de maior renda familiar (>5 salários mínimos) sempre lêem as informações dos rótulos.

Os indivíduos com poder aquisitivo mais elevado (quase sempre com maior escolaridade), geralmente têm maior preocupação com a saúde, o que explica a procura por produtos com melhores características nutricionais e que apresentem alegações de que beneficiam a saúde (AIZO, 1997, apud BENHRENS, ROIG; SILVA, 2000).

Tabela 5: Hábito de leitura dos rótulos de alimentos pelos consumidores, segundo variáveis socioeconômicas. Recife, 2003.¹

Variáveis socioeconômicas		Lê as informações dos rótulos? ¹			Análise estatística
		Sempre	Às vezes	Nunca	
Total da amostra		183 (47,6)	182 (47,4)	19 (5,0)	-
Sexo	Mas Fem	36 (37,5) 147 (51,0)	53 (55,2) 129 (44,8)	7 (7,3) 12 (4,2)	$\chi^2_2 = 5,84$ p = 0,0539
Idade (anos)	≤ 30 30 – 50 > 50	27 (27,6) 100 (53,2) 56 (57,1)	67 (68,4) 79 (42,0) 36 (36,7)	4 (4,4) 9 (4,8) 6 (6,1)	$\chi^2_4 = 24,39$ p = 0,0000
Anos de escolaridade	≤ 8 9 – 11 > 11	25 (23,8) 67 (43,8) 91 (72,2)	64 (61,0) 84 (54,9) 34 (27,0)	16 (15,2) 2 (1,3) 1 (0,8)	$\chi^2_4 = 76,90$ p = 0,0000
Renda Familiar (salário mínimo) ²	≤ 2 2 - 5 > 5	25 (24,5) 67 (46,2) 91 (66,4)	65 (63,7) 72 (49,7) 45 (32,8)	12 (11,8) 6 (4,1) 1 (0,7)	$\chi^2_4 = 48,37$ p = 0,0000

1 - Valores entre parênteses representam percentagens

2 - Salário mínimo da época: R\$ 220,00

Na seqüência, os entrevistados foram solicitados a esclarecer o tipo de informação que preferencialmente observam, nos rótulos. As respostas, apresentadas na tabela 6, deixam patente a preocupação quase unânime, independentemente da categoria socioeconômica, com os aspectos preço e prazo de validade, conforme já evidenciado por Freitas (2002), Aguiar et al. (2001), Oliveira (1998), Bender, Sperling e Hallal (1997), Morais e Silva (1997), Santos e Góes (1995).

A constatação de que 97,8% dos consumidores lêem preferencialmente o prazo de validade demonstra que automatizaram esta prática, como forma de evitar desperdícios e problemas de saúde, provavelmente sob a influência dos meios de comunicação.

Em relação à leitura dos rótulos, no que se refere ao peso e nome do fabricante, variáveis como idade, anos de estudo e renda familiar contribuíram para as diferenças encontradas: consumidores entre 30 e 50 anos, com mais anos de estudo e renda familiar acima de cinco salários mínimos são os que mais lêem essa informação. Comportamento idêntico também foi constatado em relação ao conhecimento da informação nutricional.

O interesse em ler a lista de ingredientes e o modo de preparo apresenta percentuais similares entre si, superiores, entretanto, aos atribuídos à informação nutricional. A respeito destes itens, existe diferença entre os sexos e por nível de renda, vez que o percentual de leitura entre as mulheres e entre os que têm maior poder aquisitivo é mais alto.

Tabela 6: Especificação do percentual de consumidores que lêem as informações contidas nos rótulos, segundo variáveis socioeconômicas. Recife, 2003 ¹

Variáveis socioeconômicas		Informações contidas nos rótulos							
		Prazo de validade	Peso	Informação nutricional	Nome do fabricante	VD%	Lista de ingredientes	Modo de preparo	Preço
Total da amostra		357 (97,8)	211 (57,8)	108 (29,6)	233 (63,8)	13 (3,6)	180 (49,3)	191 (52,3)	363 (99,5)
Sexo	Mas Fem	87 (97,8)	48 (53,9)	23 (25,8)	57 (64,0)	3 (3,4)	34 (38,2)	32 (36,0)	89 (100,0)
		270 (97,8) p = 1,0000	163 (59,1) p = 0,4666	85 (30,8) p = 0,4490	176 (63,8) p = 0,9365	10 (3,6) p = 1,0000	146 (52,9) p = 0,0220	159 (57,6) p = 0,0000	274 (99,3) p = 1,0000
Idade (anos)	≤ 30	90 (95,7)	42 (44,7)	14 (14,9)	50 (53,2)	3 (3,2)	40 (46,2)	47 (50,0)	93 (98,9)
	30 – 50	176 (98,3)	115 (64,2)	62 (34,6)	119 (66,5)	7 (3,9)	89 (49,7)	90 (54,7)	178 (99,4)
	> 50	91 (98,9) -	54 (58,7) p = 0,0077	32 (34,8) p = 0,0014	64 (69,6) p = 0,0394	3 (3,3) p = 0,9393	51 (55,4) p = 0,2112	46 (50,0) p = 0,6621	92 (100,0) -
Anos de escolaridade	≤ 8	85 (95,5)	47 (52,8)	6 (6,7)	49 (55,1)	0 (0,0)	33 (37,1)	43 (48,3)	89 (100,0)
	9 – 11	149 (98,7)	80 (53,0)	30 (19,9)	97 (64,2)	6 (4,0)	65 (43,0)	75 (49,7)	150 (99,3)
	> 11	123 (98,4) -	84 (67,2) p = 0,0321	72 (57,6) p = 0,0000	87 (69,6) p = 0,0915	7 (5,6) p = 0,0874	82 (65,6) p = 0,0000	73 (58,4) p = 0,2404	124 (99,2) -
Renda Familiar (salário mínimo)²	≤ 2	86 (95,6)	38 (42,2)	5 (5,6)	41 (45,6)	0 (0,0)	25 (27,8)	33 (36,7)	90 (100,0)
	2 – 5	137 (98,6)	86 (61,9)	35 (25,2)	97 (69,8)	3 (2,2)	70 (50,4)	80 (57,6)	139 (100,0)
	> 5	134 (98,5) -	87 (64,0) p = 0,0024	68 (50,0) p = 0,0000	95 (69,9) p = 0,0001	10 (7,4) p = 0,0074	85 (62,5) p = 0,0000	70 (57,4) p = 0,0028	134 (98,5) -

1. Valores entre parênteses representam percentagens do “sim” (lêem as informações dos rótulos) para cada categoria da variável socioeconômica e o valor de p representa o nível de significância do teste χ^2 de associações

2. Salário mínimo da época: R\$ 220,00.

5.4 Influência das informações contidas nos rótulos na escolha dos alimentos

Embora o escopo da questão seja diferente, os dados da tabela 7 são similares aos apresentados na tabela 6, demonstrando uma coerência entre ambas, ao comprovarem a significativa influência exercida pelo prazo de validade e preço na ocasião da compra de gêneros alimentícios, em detrimento das informações nutricionais e VD%. A importância dessas variáveis foi também registrada por Santos e Goes (1995) e por Aguiar et al. (2001), em pesquisa sobre o comportamento dos consumidores de alimentos. O preço foi considerado, por Cunha e Gularte (2001), como o fator determinante da compra, em pesquisa sobre os consumidores de margarina e manteiga, concordando com os achados desta pesquisa.

Aguiar et al. (2001) referem também que o peso, a embalagem e a composição dos produtos não despertam muito interesse no consumidor. Já Oliveira e Marucci (1998) verificaram que o nome do fabricante é o item menos observado, resultados de acordo com os encontrados na presente pesquisa.

Os dados apresentados na tabela 7 demonstram que a lista de ingredientes e o modo de preparo obtiveram percentuais significativamente diferentes entre homens e mulheres, comportamento já esperado, por serem as mulheres, ainda, as principais responsáveis pela compra e preparo de alimentos para a família. Foi demonstrado ainda que a informação nutricional exerce maior influência nos consumidores com faixa etária entre 30 e 50 anos, e que o nome do fabricante e a lista de ingredientes são os itens mais procurados entre os mais velhos, de melhor poder aquisitivo e maior número de anos de estudo, confirmando os achados relatados por Medeiros, Shipp e Taylor (1993) e Aquino e Philippi (2002).

Deve-se considerar, também, que consumidores com mais idade, por sua maior preocupação com a saúde, procuram no alimento benefícios fisiológicos adicionais àqueles relacionados com a satisfação das necessidades nutricionais básicas, fato que, associado à maior disponibilidade de tempo, pode explicar o interesse mais acentuado pela informação nutricional.

Estudo realizado por Kreuter et al. (1997) confirma uma relação consistente entre leitura de rótulo e práticas dietéticas, demonstrando que pacientes consumindo dietas com baixo teor de gordura são mais propensos a referir-se à influência dos rótulos na decisão de escolha dos alimentos. Este estudo foi ratificado por Neuhouser, Kristal e Patterson (1999), ao referirem a associação entre a escolha do alimento e a leitura do rótulo por pessoas interessadas em preservar a saúde.

Tabela 7 Influência das informações contidas nos rótulos sobre a escolha de alimentos, segundo variáveis socioeconômicas dos consumidores, Recife, 2003¹

Variáveis Sócio econômicas		Prazo de validade	Peso	Informação nutricional	Nome do fabricante	VD%	Lista de ingredientes	Modo de preparo	Preço
Total da amostra		354 (97,0)	185 (50,7)	92 (25,2)	190 (52,1)	6 (1,6)	132 (36,2)	90 (24,7)	349 (95,6)
Sexo	Mas	86 (96,6)	46 (51,7)	19 (21,3)	52 (58,4)	1 (1,1)	22 (24,7)	13 (14,6)	85 (95,5)
	Fem	268 (97,7) p = 0,7332	139 (50,4) p = 0,9241	73 (26,4) p = 0,4102	138 (50,0) p = 0,2070	5 (1,8) p = 1,0000	110 (39,9) p = 0,0139	77 (27,9) p = 0,0169	264 (95,7) p = 1,0000
Idade (anos)	≤ 30	91 (96,8)	39 (41,5)	11 (11,7)	38 (40,4)	2 (2,1)	27 (28,7)	20 (21,3)	87 (92,6)
	30 – 50	174 (97,2)	98 (54,7)	54 (30,2)	98 (54,7)	3 (1,7)	61 (34,1)	50 (27,9)	174 (97,2)
	> 50	98 (96,7) -	48 (52,2) p = 0,1083	27 (29,3) p = 0,0021	54 (58,7) p = 0,0267	1 (1,1) p = 0,8548	44 (47,8) p = 0,0182	20 (21,7) p = 0,3617	88 (95,7) -
Anos de escolaridade	≤ 8	83 (93,3)	45 (50,6)	4 (4,5)	44 (49,4)	0 (0,0)	22 (24,7)	24 (27,0)	87 (97,8)
	9 – 11	147 (97,4)	71 (47,0)	24 (15,9)	73 (48,3)	3 (2,0)	46 (30,5)	31 (20,5)	144 (95,4)
	> 11	124 (99,2) -	69 (55,2) p = 0,4002	64 (51,2) p = 0,0000	73 (58,40) p = 0,2129	3 (2,4) p = 0,3607	64 (51,2) p = 0,0000	35 (28,0) p = 0,3024	118 (94,4) p = 0,4883
Renda Família (salário mínimo)²	≤ 2	84 (93,3)	37 (41,1)	4 (4,4)	32 (35,6)	0 (0,0)	18 (20,0)	20 (22,2)	89 (98,9)
	2 – 5	137 (98,6)	77 (55,4)	25 (18,0)	76 (54,7)	1 (0,7)	47 (33,8)	37 (26,6)	132 (95,0)
	> 5	133 (97,8) -	71 (52,2) p = 0,0972	63 (46,5) p = 0,0000	82 (60,3) p = 0,0009	5 (3,7) p = 0,0574	67 (49,3) p = 0,0000	33 (24,7) p = 0,7458	128 (94,1) p = 0,2049

1. Valores entre parênteses representam percentagens do "sim" (influência das informações contidas nos rótulos) para cada categoria da variável socioeconômica e o valor de p representa o nível de significância do teste χ^2 de associação.

2. Salário mínimo da época: R\$ 220,00

Embora o prazo de validade e o preço tenham sido identificados como as variáveis de maior influência na escolha dos alimentos, os consumidores, ao serem inquiridos sobre o porquê de as informações contidas nos rótulos interferirem na escolha dos alimentos, davam respostas (Tabela 8) dissociadas com os dados da tabela 7, priorizando a saúde como principal razão (76,4%), seguindo-se a qualidade (63,8%), a segurança (63,2%) e, por último, o prazer à mesa (boa refeição), indicado por 50,6%.

Algumas das razões apresentadas para justificar as respostas dadas a esta questão foram as seguintes:

“Vejo o que contribui para a saúde, faço dieta e procuro alimento menos calórico e com pouca gordura”

“Sou diabético e só posso comer coisas que não prejudicam”

“Procuro alimento diet, light, sou obesa e tenho colesterol alto e pressão alta”

Tabela 8 Razões para a escolha dos alimentos, segundo as variáveis socioeconômicas, Recife, 2003

Variáveis socioeconômicas		Razões para a escolha dos alimentos ¹			
		Qualidade	Segurança	Boa Refeição	Saúde
Total da amostra		233 (63,8)	231 (63,2)	185 (50,6)	279 (76,4)
Sexo	Mas	50 (56,2)	49 (55,1)	36 (40,0)	69 (77,5)
	Fem	183 (66,3) p = 0,1091	182 (65,9) p = 0,0843	149 (54,0) p = 0,0358	210 (76,1) p = 0,8926
Idade	≤ 30	50 (53,2)	41 (43,6)	28 (29,8)	69 (73,4)
	30 – 50	121 (67,6)	128 (71,5)	104 (58,1)	139 (77,7)
	> 50	62 (67,4) p = 0,0447	62 (67,4) p = 0,0000	53 (57,6) p = 0,0000	71 (77,2) p = 0,7207
Anos de escolaridade	≤ 8	41 (46,6)	42 (47,2)	33 (37,1)	68 (76,4)
	9 – 11	93 (61,6)	87 (57,6)	74 (49,0)	119 (78,8)
	> 11	99 (79,2) p = 0,0000	102 (81,6) p = 0,0000	78 (62,4) p = 0,0010	92 (73,6) p = 0,5975
Renda Familiar (salário mínimo)²	≤ 2	36 (40,0)	39 (43,3)	29 (32,2)	65 (72,2)
	2 – 5	92 (66,2)	83 (59,7)	70 (50,4)	106 (76,3)
	> 5	105 (77,2) p = 0,0000	109 (80,1) p = 0,0000	86 (63,2) p = 0,0000	108 (79,4) p = 0,4587

1. Valores entre parênteses representam percentagens do "sim" (razões da observação das informações dos rótulos) para cada categoria da variável sócio-econômica e o valor de p representa o nível de significância do teste χ^2 de associação.

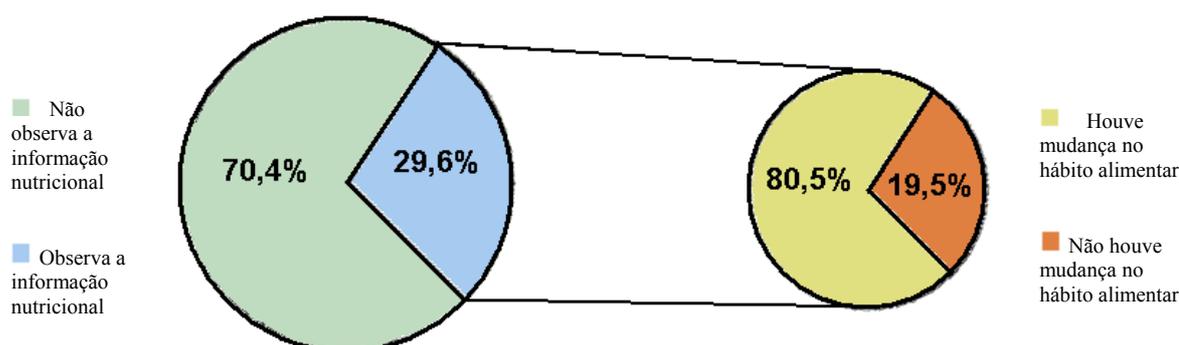
2. Salário mínimo da época: R\$ 220,00

5.4.1 Informação Nutricional X Mudança de Hábito Alimentar

Do reduzido número de entrevistados (108), que representa 23,6% do universo estudado, que observam a informação nutricional, 80,5% referiram mudanças no hábito alimentar a partir desta informação (Gráfico 3), tais como:

diminuição da ingestão de alimentos ricos em gordura, açúcar, sal, carboidratos e aumento no consumo de fibras, cálcio, ferro, vitaminas, frutas e hortaliças, bem como preocupação em manter uma alimentação saudável.

Gráfico 3 Frequência da mudança de hábito alimentar dos consumidores, a partir da observação da informação nutricional, Recife/PE, 2003.



Fonte: Pesquisa de campo, janeiro-março/2003.

Estes resultados apontam para a necessidade de investimentos em programas de educação do consumidor, por parte dos órgãos governamentais, com vista a esclarecer a importância das informações nutricionais, conforme já explicitado por vários autores (ARAÚJO; ARAÚJO, 2001a, 2001b; GAI et al. 2003; PASSOS; SOUZA; FIGUEIREDO, 2003; SILVARES, GERMANO; GERMANO, 2003).

O uso de material informativo, como folder, panfleto e cartilha (Anexo B) para orientar o consumidor no entendimento da informação nutricional é válido, na medida em que vem acompanhado de um trabalho educativo mais abrangente, utilizando os meios de comunicação, como também os próprios locais de comercialização de alimentos, em contato direto com o consumidor. De acordo com Chor (1999), ambientes coletivos são adequados para implantar ações educativas. Assim sendo, lojas, “shopping centers”, associações de bairro, escolas e postos de

saúde são locais ideais para sensibilizar a população, com o objetivo de promover mudança e melhoria no hábito alimentar.

Para Vieira (1999) e Moraes e Silva (1997), a consecução dos objetivos pretendidos pela legislação de alimentos deverá contar ainda com a participação de entidades de defesa do consumidor, como PROCON (Serviço de Proteção ao Consumidor) e IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), tendo em vista atender a apelos como os citados a seguir:

“Seria importante uma campanha de educação do consumidor”

“Deveria ter mais divulgação na mídia, orientação aos consumidores”

Torna-se patente que mudanças de comportamento são decorrentes da informação e da ação, que perpassam pelo entendimento das informações contidas nos rótulos, o que requer um sistemático trabalho de educação nutricional.

5.5 Como melhorar a compreensão das informações nutricionais?

Aos consumidores entrevistados também foi solicitado que indicassem como melhorar a compreensão das informações nutricionais. Com o intuito de colher sugestões sobre esta questão, foram apresentadas aos entrevistados alternativas como: linguagem mais acessível e maior visibilidade das informações, consideradas importantes por mais de 81% do total da amostra (Tabela 9).

Tabela 9 Sugestões dos consumidores para melhor entendimento dos rótulos de alimentos, segundo variáveis socioeconômicas. Recife, 2003¹

Variáveis socioeconômicas		Linguagem	Visibilidade
Total da amostra		292 (81,1)	295 (82,6)
Sexo	Mas	63 (73,3)	70 (81,4)
	Fem	229 (83,6)	225 (83,0)
		p = 0,0482	p = 0,8536
Idade (anos)	≤ 30	72 (77,4)	63 (69,2)
	30 – 50	142 (80,7)	150 (85,2)
	> 50	78 (85,7)	82 (91,1)
		p = 0,3487	p = 0,0002
Anos de escolaridade	≤ 8	67 (77,0)	56 (64,4)
	9 - 11	117 (78,5)	121 (81,8)
	> 11	108 (87,1)	118 (96,7)
		p = 0,1051	p = 0,0000
Renda Familiar (salário mínimo) ²	≤ 2	69 (77,5)	62 (69,7)
	2 – 5	110 (80,9)	113 (83,7)
	> 5	113 (83,7)	120 (90,2)
		p = 0,5110	p = 0,0003

1. Valores entre parênteses representam percentagens do “sim” para cada categoria da variável socioeconômica e o valor de p representa o nível de significância do teste χ^2 de associação

2. Salário mínimo da época: R\$ 220,00

A respeito das sugestões para melhorar o nível de entendimento da linguagem, não foram observadas diferenças significativas em nenhuma das variáveis socioeconômicas, enquanto os percentuais de respostas sugerindo maior visibilidade diferem significativamente por idade, escolaridade e nível de renda, visto que um maior contingente de pessoas com idade elevada, mais escolaridade e renda sugerem melhorar a visibilidade dos rótulos.

No que diz respeito à linguagem, foi referido que deveria ser mais popular, visto que a maioria das pessoas não tem acesso às informações técnicas, conforme se segue:

“A linguagem deveria ser mais fácil de ser entendida, uma dona de casa não entende nada. Deveria ter mais clareza nas informações para o cliente”

“A linguagem deveria ser mais explicativa, mais popular, esclarecer melhor”

“Tem muitas coisas que não sabemos, nem todo mundo entende”

“Deveria explicar mais os termos, a linguagem é difícil e não dá para entender”

Esses depoimentos concordam com Araújo e Araújo (2001b), ao afirmarem que a informação nutricional deve ser clara e precisa e assim contribuir para a interpretação correta do valor nutricional.

Nesta pesquisa, os baixos percentuais obtidos com relação ao significado de termos como VD%, sódio e gorduras saturadas são suficientes para demonstrar a falta de entendimento da linguagem, não obstante a significativa preocupação com a saúde referida pelos participantes.

Outras sugestões apontam como importante a visibilidade da informação nutricional, que deveria ter mais destaque, juntamente com o prazo de validade.

“Tem algumas informações que você nem nota, a letra é muito pequena”

“Deveria ter mais visibilidade na informação nutricional”

“A letra é muito pequena, os locais são inadequados, tem que usar lupa”

“Deveria aumentar o tamanho das letras, dá preguiça de ler”

A legislação sobre a informação nutricional constitui indubitavelmente um importante avanço na manutenção e proteção à saúde do consumidor. Contudo, os resultados desta pesquisa, constatando um reduzido nível de entendimento acerca do significado e aplicação da informação nutricional por expressiva parcela de consumidores, apontam para a necessidade de repensar a forma de apresentação das informações contidas no rótulo dos alimentos, bem como a postura dos órgãos responsáveis pelo atendimento aos consumidores.

6 CONCLUSÕES

A análise dos dados obtidos na pesquisa permite concluir que:

- a influência da rotulagem nutricional sobre o consumidor é ainda incipiente e insuficiente para permitir associações entre as diversas informações veiculadas nos rótulos;
- as informações relacionadas ao preço e prazo de validade são as mais importantes para o consumidor;
- as dificuldades de entendimento são decorrentes da linguagem empregada na rotulagem e sua forma de apresentação;
- a influência da rotulagem nutricional na escolha dos alimentos é mais significativa nos entrevistados que apresentam as seguintes características socioeconômicas: maior nível de escolaridade, idade e renda;
- campanhas educativas para reduzir a distância entre o conhecimento e a aplicação da informação são necessárias.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, R. Food and nutrition information: a study of sources, uses and understanding british. **Food Journal**, v. 99, n. 2, p. 43-49, 1997.

AGUIAR, S. C. S. de et al. O perfil do consumidor de Fortaleza. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 16., ENCONTRO LATINO AMERICANO DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 4, **Anais...**, Viçosa: Associação Brasileira de Economistas Domésticos - ABED, 2001. p. 397-399.

ALBINO, E. **Alimentos para fins especiais: observância da legislação quanto a rotulagem de dietéticos com restrição de açúcares**. 1999. 55f. Dissertação (Mestrado) Departamento de Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

ALBINO, E.; GUERRA, N. B. Alimentos para fins especiais: evolução sobre rotulagem. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 15, n. 85, p. 75-81, jun. 2001.

AQUINO, A. M.; MARSIGLIA, D.A.P.; BRAGANOLO, N. Curso: Rotulagem Nutricional, Legislação e Metodologia Analíticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ANALISTAS DE ALIMENTOS, 12. Maceió: Sociedade Brasileira de Analistas de Alimentos, 2001. 77p.

AQUINO, R. C.; PHILIPPI, S. T. Consumo infantil de alimentos industrializados e renda familiar na cidade de São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, v. 36, n. 6, p. 655-660, 2002.

ARAÚJO, A. C. M. F.; ARAÚJO, W. M. C. Adequação à legislação vigente da rotulagem de produtos lácteos enriquecidos com cálcio e ferro. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 15, n. 88, p. 34-49, set. 2001a.

_____. Adequação à legislação vigente da rotulagem para fins especiais dos grupos de alimentos para dietas com restrição de carboidratos e alimentos para dieta de ingestão controlada de açúcares. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v.15, n. 82, p. 52-70, mar. 2001b.

BALTAS, G. The effects of nutrition information on consumer choice. **Journal of Advertising Research**, p. 57-63, mar/apri, 2001.

BENDER, G. B.; SPERLING, P. U.; HALLAL, D. R. Estudo da opinião dos consumidores sobre os produtos e serviços da Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios Ltda – COSULAT – Pelotas/RS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 14. ENCONTRO LATINO AMERICANO DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 2, **Anais...**, Fortaleza: Associação Brasileira de Economistas Domésticos, 1997. p. 351-354.

BENDER, M. M.; DERBY, B. M. Prevalence of reading nutrition and ingredient information on food labels among adult americans 1982-1988. **Journal of Nutrition Education**, v. 24, n. 6, p. 292-297, 1992.

BENHERNS, J. H.; ROIG, S. M.; SILVA, M. A. P. da. Aspectos de funcionalidade, de rotulagem e de aceitação de extrato hidrossolúvel de soja fermentado e culturas lácteas probióticas. **Boletim da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos**, Campinas, v. 34, n.2, p. 61-128, jul./dez. 2000.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento: Portaria nº 371 de 04 de setembro de 1997. Aprova regulamento técnico para Rotulagem de Alimentos Embalados. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília/DF, 5 set. 1997.

BRASIL. Ministério da Guerra, do Exército e da Aeronáutica. Decreto Lei nº 986, de 12 de outubro de 1969, Institui Normas Básicas sobre Alimentos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 out 1969.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Direito Econômico. Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. **Código de Defesa do Consumidor e Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997**. Brasília, 1997. 115p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 94, de 1 de novembro de 2000. Aprova regulamento técnico para Rotulagem Nutricional de Alimentos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 nov. 2000. Disponível em: www.anvisa.gov.br/legis/resolucoes/94.

_____. Resolução RDC nº 39, de 21 de março de 2001. Aprova regulamento técnico para Tabela de Valores de Referência para Porções de Alimentos e Bebidas Embalados para Fins de Rotulagem Nutricional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 mar. 2001a. Disponível em: www.anvisa.gov.br/legis/resolucoes/39.

_____. Resolução RDC nº 40, de 21 de março de 2001. Aprova regulamento técnico para Rotulagem Nutricional Obrigatória de Alimentos e Bebidas Embalados. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 mar. 2001b. Disponível em: www.anvisa.gov.br/legis/resolucoes/40.

_____. Resolução RDC nº 198, de 11 de setembro de 2001. Normas a serem observadas para cumprimento das Resoluções da Diretoria Colegiada Nºs 39 e 40, de 2001. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil** Brasília, DF, 13 de set. 2001c. Disponível em: www.anvisa.gov.br/legis/resol/198.

_____. Resolução RDC nº 155, de 27 de maio de 2002. Determina a prorrogação até 2 de fevereiro de 2003 do prazo previsto no item 4 do Anexo da Resolução – RE nº 198, de 11 de setembro de 2002. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 maio 2002a. Disponível em: www.anvisa.gov.br/legis/resolucoes/2002/155.

_____. Resolução RDC nº 03, de 10 de janeiro de 2003. Determina a prorrogação até 31 de julho de 2003 do prazo previsto no item 4 do Anexo da Resolução – RE nº 198, de 11 de setembro de 2001. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jan. 2003a. Disponível em: www.anvisa.gov.br/legis/resolucoes/03.

_____. Resolução RDC nº 207, de 01 de agosto de 2003. Determina a prorrogação até 31 de dezembro de 2003 do prazo previsto no item 4 do Anexo da Resolução – RE nº 198, de 11 de setembro de 2001. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 04 ago. 2003b. Disponível em: www.anvisa.gov.br/legis/resol/2003/rdc/207.

_____. **Rotulagem nutricional obrigatória: manual de orientação aos consumidores**, Brasília: ANVISA/Universidade de Brasília, 2002b.

_____. Secretaria de Vigilância Sanitária. Portaria nº 27 de 13 de janeiro de 1998. Aprova regulamento técnico referente à informação nutricional complementar. **Diário**

Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 16 jan. 1998a. Disponível em: www.anvisa.gov.br/legis/portaria/27.

_____. Portaria nº 41, de 13 de janeiro de 1998. Aprova regulamento técnico referente à informação de alimentos embalados. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jan. 1998b. Disponível em: www.anvisa.gov.br/legis/portaria/41.

_____. Portaria nº 42, de 14 de janeiro de 1998. Aprova regulamento técnico referente à rotulagem de alimentos embalados. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jan. 1998c. Disponível em: www.anvisa.gov.br/legis/portaria/42.

BURKE, S. J. Missing information, inferences and evaluations. **Marketing Letters**, v.7, n. 3. p. 215-224, 1996.

CÂNDIDO, L. M. B. Atualização da legislação sobre alimentos. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v.14, n. 78/79, p. 103-112, nov./dez. 2000.

CAROBA, C. R. et al. Alimentos industrializados: uma análise da sua participação na dieta de escolares da rede pública de ensino. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS, 17, 2000. **Anais...**, Fortaleza, 2000. v.3, p.7.7.

CELESTE, K. R. Análise comparativa da legislação sobre rótulo alimentício do Brasil, Mercosul, Reino Unido e União Européia. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 217-223, jun. 2001.

CHOR, D. Saúde pública e mudanças de comportamento: uma questão contemporânea. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 423-425, abr.-jun. 1999.

COLE, C. A.; GAETH, G. J. Cognitive and age-related differences in the ability to use nutrition information. **Journal of Marketing Research**, v.27, n. 2, p. 175-184, 1990.

CUNHA, T. R.; GULARTE, M. A. Comportamento de consumidores frente a escolha de margarinas e manteigas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 16; ENCONTRO LATINO AMERICANO DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 4., 2001, **Anais...**, Viçosa: Associação Brasileira de Economistas Domésticos, 2001. p. 333-338.

DIAS, H. P. Legislação brasileira de alimentos: uma análise retrospectiva desde 1923 até 1985. Situação atual e perspectivas. **Revista da Fundação SESP**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 189-200, 1985.

EVES, A. et al. Influence of nutrition information on the attitudes and knowledge of dieters. **Nutrition and Food Science**, n. 5, p. 17-21, 1994.

FELIPE, M. et al. Rotulagem de alimentos: o comportamento do consumidor usuário de supermercado do balneário Camboriú/SC. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 17, n. 111, p. 49-57, ago. 2003.

FREITAS, J. F. de. **Rotulagem de alimentos lácteos: a percepção do consumidor**, 2002, 44f. Monografia - Departamento de Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

GAI, Z. T. et al. Perfil do consumidor de carnes da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 17, n. 104/105, p. 81, jan.-fev. 2003.

GRACIANO, R. A. S. et al. Avaliação crítica da rotulagem praticada pela indústria alimentícia brasileira. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 14, n. 73, p. 21-27, jun. 2000.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Demográfico: Resultados do Universo, 2000.

KELLER, S. B. et al. The effects of nutrition package claims, nutrition facts panels and motivation to process nutrition information on consumer product evaluations. **Journal of Public Policy and Marketing**, v. 16, n. 2, p. 256-269, 1997.

KOTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**, 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993. 848p.

KREUTER, M. W. et al. Do nutrition label readers eat healthier diets? Behavioral correlates of adult use of food labels. **Am. J. Prev. Med**, v. 13, n. 4, p. 277-283, July-Aug. 1997.

LAJOLO, F. Avaliação crítica da legislação e metas alcançadas pela comissão. In: SEMINÁRIO SOBRE ALIMENTOS COM ALEGAÇÕES DE PROPRIEDADES FUNCIONAIS E DE SAÚDE, 2. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência de Alimentos, 2002.

LIMA, A. **Rotulagem nutricional de pratos para o consumo: avaliação da metodologia**. 2002, 47f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

LIMA, A.; GUERRA, N. B.; LIRA, B. F. Evolução da legislação brasileira sobre rotulagem de alimentos e bebidas embalados, e sua função educativa para promoção da saúde. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 17, n. 110, p. 12-17, jul. 2003.

LIMA, M. C.; MARQUES, N. **Informática aplicada à pesquisa científica com EPI-INFO**. 2. ed. rev. e ampl. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

MANTOANELLI, G. et al. Avaliação de rótulos embalados de alimentos infantis: bebida láctea, iogurte e queijo tipo "Petit Suisse". **Higiene Alimentar**, São Paulo, v.13, n. 60, p. 21-28, mar. 1999.

MEDEIROS, L. C.; SHIPP, R.; TAYLOR, D. T. Dietary practices and nutrition beliefs through the adult life. **Journal of Nutritional Education**, v. 25, n. 4, p. 3-9, 1993.

MORAIS, V. S. P.; SILVA, N. M. Estudo exploratório sobre a necessidade de educação do consumidor. **Oikos**, Viçosa, v. 10, n. 1, p. 23-43, 1997.

MUCIOLLO, P. Situação da legislação sobre alimentos no Brasil. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 10, n. 41, p. 38-40, 1996.

NASCIMENTO, S. P. Rotulagem nutricional. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v.15, n. 83, p. 75-81, abr. 2001.

NEUHOUSER, M. L.; KRISTAL, A. R.; PATTERSON, R. E. Use of food nutrition labels is associated with lower fat intake. **Journal of American Dietetic Association**, v. 99, n. 1, p. 45-53, Jan. 1999.

OLIVEIRA, M. V. P. de. Legislação, ética e consciência organizacional no cenário da globalização. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v.12, n. 54, p. 6, mar./abr. 1998.

OLIVEIRA, S. P.; MARUCCI, M. F. N. Comportamento de consumidores adultos e idosos em relação à informação contida nos rótulos alimentícios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS, 16. 1998. Rio de Janeiro, 1998.

PASSOS, C. D.; SOUZA, K. E. P.; FIGUEIREDO, H. M. de. Avaliação da rotulagem nutricional dos alimentos. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v.17, n. 104/105, p. 146-147, jan.-fev. 2003.

PETRUCELLI, P. J. Consumer and marketing implications of information provision: the case of the NLEA of 1990. **Journal of Public Policy and Marketig**, v. 15, n. 1, p. 150-153, 1996.

PHILIPPI, S. T.; RIGO, N.; LORENZANO, C. Avaliação sobre valor nutritivo em rótulos e/ou embalagens de alimentos infantis: iogurte, queijo “Petit Suisse” **Higiene Alimentar**, São Paulo, v.9, n. 38, p. 22-26, jul.-ago. 1995.

REID, D. J.; HENDRICKS, S. M. Consumers understanding of fat and cholesterol information on food labels. **Canadian Journal of Public Health**, v. 85, p. 334-337, 1994.

RUSSO, J. E. et al. Nutrition information in the supermarket, **Journal of Consumer Research**, v. 13, p. 48-70, June. 1986.

SADLER, M. UK industry guidelines on nutrition labeling to benefit the consumer, **Nutrition and Food Science**, v. 99, n. 1, p. 24-28, 1999.

SANTIAGO, C. S. V. B.; VIEIRA, E. M. M.; ROCHA, I. M. M. Repensando economia doméstica numa perspectiva de gênero. **Oikos**, Viçosa, v. 7, n. 2, p. 37-41, 1992.

SANTOS, C. F. Alimentos com alegações de propriedades funcionais e/ou de saúde: evolução da regulamentação técnica. In: SEMINÁRIO SOBRE ALIMENTOS COM ALEGAÇÕES DE PROPRIEDADES FUNCIONAIS E DE SAÚDE, 2. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência de Alimentos, 2002.

SANTOS, F. L.; GOÉS, J. A. W. Código de defesa do consumidor: comportamento dos consumidores de alimentos na cidade de Salvador. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v.9, n. 37, p. 15-19, maio/jun.1995.

SILVARES, P. M.; GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Grau de conhecimento dos consumidores de carne e leite de origem bovina. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v.17, n. 104/105, p. 194-195, jan./fev. 2003.

SILVEIRA, N. V. V. Dados históricos sobre a legislação brasileira de alimentos. **Boletim da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos**, Campinas, v. 29, n.2, p.107-203, jul./dez. 1995.

_____. Apostila: rotulagem nutricional. São Paulo, 2002. 40p.

SUGANO, J. Y.; ABRANTES, L. A.; SETTE, R. S. **Perfil do consumidor de iogurte na Região Oeste de Paulista**, 1999. Disponível em: www.dae.ufla.br/biblioteca.4congABAR/arc1999%5Carc8.pdf.

TIMOFIECSYK, F. R. Rotulagem nutricional de biscoitos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS, 17, 2000, Fortaleza, **Anais...**, 2000, v. 1, p. 1.17.

VIEIRA, C. M. **A contribuição dos organismos de consumidores para a promoção da qualidade dos alimentos**. 1999, 161f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

WILLET, W. C.; STAMPFER, M. J. As novas bases da pirâmide alimentar. **Scientific American Brasil**, São Paulo, a. 1, n. 9, p. 68-73, fev. 2003.

ZÜLZKE, M. L. **Abrindo a empresa para o consumidor: a importância de um canal de atendimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1991.

8 APÊNDICES

APÊNDICE A - Formulário de Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO
MESTRADO - CIÊNCIA DOS ALIMENTOS

INFLUÊNCIA DA ROTULAGEM NUTRICIONAL SOBRE O CONSUMIDOR

Formulário N^o _____

Nome do estabelecimento: _____

Bairro: _____

Quantidade de caixas existentes no estabelecimento: _____

Sexo:

1. () Masculino 2. () Feminino

Qual a sua idade? _____ (anos)

Nível de escolaridade: _____

Renda familiar:

1. () ≤ 1 SM* 2. () 1 – 2 SM 3. () 2 – 5 SM

4. () 5 – 10 SM 5. () > 10 SM

* **SM = Salário Mínimo**

1) Você sabe o que é rotulagem nutricional?

1. () Sim 2. () Não

2) Você conhece o significado de palavras empregadas na rotulagem?

a. () Valor Calórico d. () Colesterol

b. () V.D% e. () Gorduras Saturadas

c. () Fibra Alimentar f. () Sódio

APENDICE A - Formulário de Pesquisa (continuação)

3) Você lê as informações dos rótulos?

1. sempre
2. as vezes
3. nunca (encerra a entrevista)

4) Quando você lê, que informações observa nos rótulos?

- | | |
|--|---|
| a. <input type="checkbox"/> Prazo de validade | e. <input type="checkbox"/> VD% |
| b. <input type="checkbox"/> Peso | f. <input type="checkbox"/> Lista de ingredientes |
| c. <input type="checkbox"/> Informação Nutricional | h. <input type="checkbox"/> Modo de Preparo |
| d. <input type="checkbox"/> Nome do fabricante | i. <input type="checkbox"/> Preço |

5) Quais das informações contidas nos rótulos interferem na sua escolha dos alimentos?

- | | |
|--|---|
| a. <input type="checkbox"/> Prazo de validade | e. <input type="checkbox"/> VD% |
| b. <input type="checkbox"/> Peso | f. <input type="checkbox"/> Lista de ingredientes |
| c. <input type="checkbox"/> Informação nutricional | h. <input type="checkbox"/> Modo de preparo |
| d. <input type="checkbox"/> Nome do fabricante | i. <input type="checkbox"/> Preço |

6) Por quê?

- | | |
|--|---|
| a. <input type="checkbox"/> Garantem qualidade | c. <input type="checkbox"/> Garantem uma boa refeição |
| b. <input type="checkbox"/> Garantem segurança | d. <input type="checkbox"/> Garantem a saúde |

7) A Informação Nutricional contida nos rótulos tem contribuído para uma mudança nos seus hábitos alimentares?

1. Sim 2. Não 3. Não observa a informação

Caso positivo cite exemplos: _____

8) O que você sugere para que as informações dos rótulos sejam melhor compreendidas?

- a. Linguagem mais acessível
- b. Maior visibilidade das informações

Outras: _____

Recife, ____/____/_____.

APENDICE B - Relação dos Bairros Pesquisados

Distribuição da amostra pesquisada por RPA e seus respectivos bairros no município de Recife/PE, segundo porte dos estabelecimentos. 2003

RPA	Estabelecimentos						Total ⁵
	Pequeno ¹		Médio ²		Grande ³		
	Bairro	Nº ⁴	Bairro	Nº ⁴	Bairro	Nº ⁴	
01	Boa Vista	07	São José	07	Parque Amorim	07	21
02	Água Fria	18	Beberibe	19	Arruda	19	56
03	Sítio dos Pintos	25	Casa Amarela	26	Casa Forte	26	77
04	Várzea	22	Cordeiro	23	Torre	23	68
05	Tejipió	21	Afogados	23	Estância	23	67
06	Ibura	31	IPSEP	32	Boa Viagem	32	95
Total⁵	-	124	-	130	-	130	384

1. De 01 a 07 caixas registradoras – Pequeno
2. De 08 a 13 caixas registradoras – Médio
3. 13 ou mais caixas registradoras – Grande
4. Nº = número de consumidores pesquisados
5. Total de consumidores pesquisados

9 ANEXOS

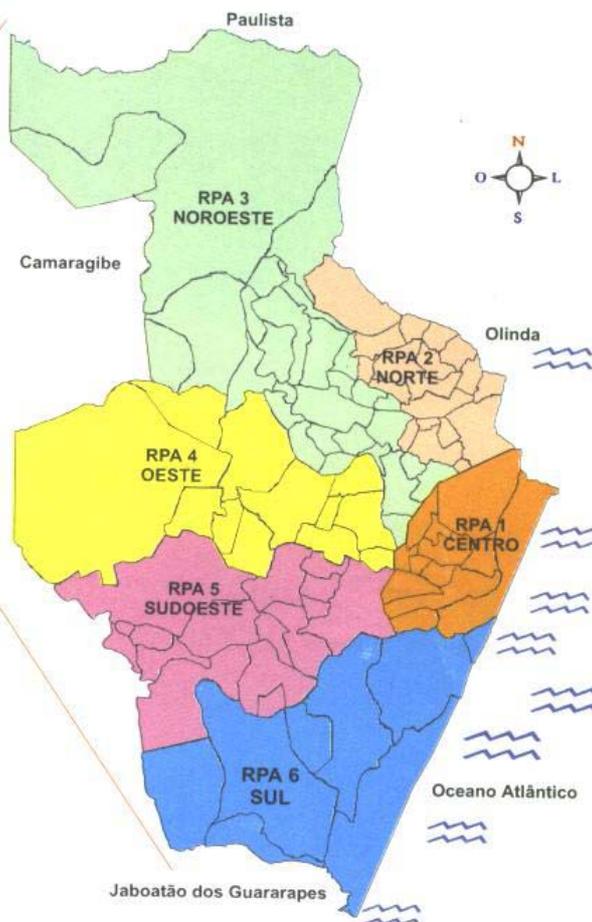
ANEXO A – Regiões Político-Administrativas – RPA do Recife

TERRITÓRIO

LOCALIZAÇÃO BRASIL



Regiões Político-Administrativas - RPA



RPA 1 - CENTRO - 11 BAIROS	
Recife	Santo Antônio
Santo Amaro	São José
Boa Vista	Soledade
Cabanga	Coelhos
Ilha do Leite	Ilha Joana Bezerra
Paissandu	

RPA 2 - NORTE - 18 BAIROS	
Arruda	Água Fria
Campina do Barreto	Alto Santa Terezinha
Campo Grande	Bomba do Hemetério
Encruzilhada	Cajueiro
Hipódromo	Fundão
Peixinhos	Porto da Madeira
Ponto de Parada	Beberibe
Rosarinho	Dois Unidos
Torreão	Linha do Tiro

RPA 3 - NOROESTE - 29 BAIROS	
Aflitos	Tamarineira
Alto do Mandú	Alto José Bonifácio
Apipucos	Alto José do Pinho
Casa Amarela	Mangabeira
Casa Forte	Morro da Conceição
Derby	Vasco da Gama
Dois Irmãos	Brejo da Guabiraba
Espinheiro	Brejo de Beberibe
Graças	Córrego do Jenipapo
Jaquela	Guabiraba
Monteiro	Macaxeira
Parnamirim	Nova Descoberta
Poço	Passarinho
Santana	Pau Ferro
Sítio dos Pintos	

RPA 4 - OESTE - 12 BAIROS	
Cordeiro	Zumbi
Ilha do Retiro	Engenho do Meio
Iputinga	Torrões
Madalena	Caxangá
Prado	Cidade Universitária
Torre	Várzea

RPA 5 - SUDOESTE - 16 BAIROS	
Afogados	Jiquiá
Bongl	Barro
Mangueira	Coqueiral
Mustardinha	Curado
San Martin	Jardim São Paulo
Arelas	Sancho
Caçote	Tejupió
Estância	Toto

RPA 6 - SUL - 08 BAIROS	
Boa Viagem	Ibura
Brasília Teimosa	Jordão
Imbiribeira	COHAB
IPSEP	Pina

GUIA DO CONSUMIDOR SAUDÁVEL

Agora, os rótulos de alimentos e bebidas embalados apresentam Informações Nutricionais. Dessa forma, você poderá escolher alimentos mais saudáveis.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- A escolha adequada dos alimentos traz saúde para você e sua família.
- Uma alimentação saudável é bem variada, por isso consuma diferentes tipos de alimentos do mesmo grupo durante o dia.
- Confira sempre no rótulo dos alimentos o prazo de validade e a forma de conservação.

Se você quiser saber mais sobre rotulagem nutricional, visite o site www.anvisa.gov.br/alimentos

Agência Nacional de Vigilância Sanitária / Universidade de Brasília - Depto. de Nutrição.

VALOR CALÓRICO É a soma da energia dos carboidratos, proteínas e gorduras.
Ex todos os alimentos apresentam valor calórico

CARBOIDRATOS Componentes que fornecem parte da energia necessária para o nosso organismo. Ex massas, arroz, açúcar, mel, frutas, farinhas, tubérculos e doces.

PROTEÍNAS Componentes necessários para a construção do organismo.
Ex carnes, ovos, leite e derivados e feijões

GORDURAS TOTAIS É a soma de todas as gorduras.
GORDURAS SATURADAS Tipo de gordura mais presente em alimentos de origem animal.
Ex carnes, bacon, pele de frango, queijos e derivados

COLESTEROL Tipo de gordura presente principalmente em produtos animais.
Ex fígado, gema de ovo e derivados do leite

FIBRAS Tipo de carboidrato.
Ex frutas e hortaliças e alimentos integrais

CÁLCIO Importante para a manutenção e crescimento dos ossos.
Ex leite, queijos, iogurte, brócolis, peixe e nozes

FERRO Importante na formação do sangue.
Ex carnes, feijões e folhas verde-escuras

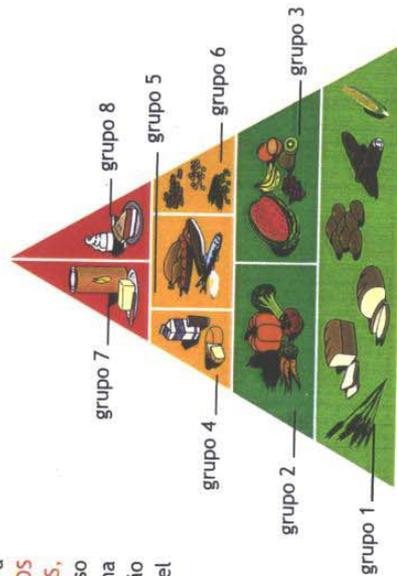
SÓDIO Nutriente importante para o equilíbrio do corpo.
Ex sal, temperos prontos, salgadinhos

GLOSSÁRIO

SIGA OS 3 PASSOS DO CONSUMIDOR SAUDÁVEL!

PASSO 1 Conheça a Pirâmide dos Alimentos:

Essa é a **PIRÂMIDE DOS ALIMENTOS**, ela é o nosso guia para uma alimentação saudável



Antes de continuarmos é importante que você saiba o que é porção.

PORÇÃO = quantidade que normalmente uma pessoa sadia, maior de 05 anos consome por vez para compor uma alimentação saudável.

A definição da porção de um alimento não depende de quanto você come daquele alimento e sim do que foi estabelecido.

ANEXO B - Guia de Orientação ao Consumidor (continuação)

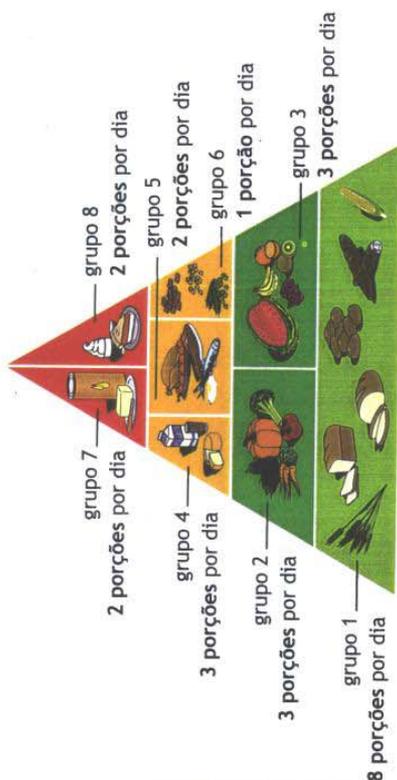
PASSO 2 Classifique o produto a partir da PIRÂMIDE DOS ALIMENTOS

Os grupos de alimentos são classificados de acordo com a quantidade de calorias por porção que eles apresentam. Cada grupo de alimento apresenta uma média de calorias por porção, para saber se um alimento apresenta muita ou pouca caloria, você deve comparar com essa média.

Veja a média de calorias para cada grupo a seguir:



Depois de comparar com a média você já sabe identificar se um alimento apresenta pouca ou muita caloria, agora você precisa saber quantas porções de cada grupo de alimento você precisa consumir por dia para ter uma alimentação saudável



PASSO 3 Confira todas as informações nutricionais obrigatórias nos rótulos de alimentos e siga as dicas abaixo para fazer escolhas adequadas

É um número em percentual que indica o quanto esse alimento apresenta na sua porção em relação ao que você precisa consumir por dia.

INFORMAÇÃO NUTRICIONAL		Porção de g/mL (medida caseira)		% VD (*)	
Quantidade por porção	Valor	Calórico	kcal	%	%
Carboidratos	g			%	%
Proteínas	g			%	%
Gorduras Totais	g			%	%
Gorduras Saturadas	g			%	%
Colesterol	mg			%	%
Fibra Alimentar	g			%	%
Cálcio	mg			%	%
Ferro	mg			%	%
Sódio	mg			%	%

* Valores diários de referência com base em uma dieta de 2500 calorias

Não exceda a quantidade de kcal. Confira o máximo de kcal permitida para cada grupo de alimento

Não ultrapasse os 100% de valores diários

Máximo de 480 mg por porção ou menos de 2400 mg por dia. Não ultrapasse os 100% VD

Consuma 30 g por dia

Alcance os 100% dos valores diários

CONHEÇA ALGUMAS PORÇÕES DE ALIMENTOS

ALIMENTO	PORÇÃO EM g /mL	PORÇÃO EM MEDIDA CASEIRA
Bolos, todos os tipos	50 g	1 fatia
Cereal matinal leve	15 g	1/2 xícara
Achocolatado em pó	25 g	2 colheres de sopa
Sorvete de massa	5 g	3 colheres de sopa
Farinha de trigo	50 g	1/2 xícara
Pão francês	50 g	Variável
Suco, néctar e refresco de frutas	200 mL	1 copo
Coalhada / iogurtes	200 mL	1 pote
Leite fluido	200 mL	1 copo
Carne bovina crua	100 g	Variável
Queijos	30 g	Variável
Ovo	Unidade	Unidade
Requeijão cremoso	30 g	1 colher de sopa